



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Revista do Centro de Ciências Humanas - CCH
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

ENSEÑANZA DE LA HISTORIA INDÍGENA A PARTIR DE LAS LUCHAS POR LA TIERRA DE LOS AVA-GUARANÍ EN GUAÍRA Y TERRA ROXA, OESTE DE PARANÁ.

TEACHING INDIGENOUS HISTORY BASED ON THE STRUGGLES FOR THE LAND OF THE AVA-GUARANI IN GUAÍRA AND TERRA ROXA, WESTERN PARANÁ.

Cristhian Mensch¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a presença da história indígena no livro História, Sociedade e Cidadania, adotado no 9º ano de Alfredo Boulos, da rede pública estadual paranaense, a partir da luta pela terra dos indígenas Guarani Nhandeva e Avá Guarani de Terra Roxa e Guaíra. Busca-se verificar em que medida a obra atende às determinações legais e dialoga com a realidade local desses povos. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, com abordagem qualitativa a pesquisa utilizou a análise de conteúdo para o estudo das legislações e do livro didático. Os resultados demonstram que, embora o livro didático inclua referências à temática indígena, elas aparecem de modo fragmentado, superficial e mantém uma ótica tutelar, representando os povos originários como sujeitos passivos e destituídos de agência. Conclui-se, portanto, que é imperativo complementar o material com outras fontes e práticas pedagógicas críticas, de modo a fomentar um ensino verdadeiramente intercultural e decolonial, que reconheça e valorize a agência e as lutas contemporâneas dos Guarani para real aplicação da legislação.

Palavras-chave: História indígena. Ensino de História. Povos Guarani.

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Pós-graduando em Técnicas e Metodologias de Ensino pelo Instituto Federal de Roraima – email: cristhian.mensch@gmail.com. Este trabalho foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Técnicas e Metodologias de Ensino sob orientação de Zilda Cristina dos Santos, Pós Doutora. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Assistente social e professora. zilda.cristina.ss@gmail.com

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la presencia de la historia indígena en el libro Historia, Sociedad y Ciudadanía, adoptado en el 9º grado de Alfredo Boulos, de la red pública estatal de Paraná, a partir de la lucha por la tierra de los pueblos indígenas Guaraní Nhandeva y Avá Guaraní de Terra Roxa y Guaíra. Se busca verificar en qué medida la obra cumple con las determinaciones legales y dialoga con la realidad local de estos pueblos. Para ello, se realizaron investigaciones bibliográficas y documentales, con un enfoque cualitativo, y se utilizó el análisis de contenido para el estudio de las legislaciones y del libro de texto. Los resultados demuestran que, aunque el libro de texto incluye referencias a la temática indígena, estas aparecen de manera fragmentada, superficial y mantienen una perspectiva tutelar, representando a los pueblos originarios como sujetos pasivos y carentes de agencia. Se concluye, por lo tanto, que es imperativo complementar el material con otras fuentes y prácticas pedagógicas críticas, con el fin de fomentar una enseñanza verdaderamente intercultural y decolonial, que reconozca y valore la agencia y las luchas contemporáneas de los Guaraníes para la aplicación real de la legislación.

Palabras clave: Historia indígena. Enseñanza de la Historia. Pueblos Guaraníes.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the presence of Indigenous history in the textbook "História, Sociedade e Cidadania," used in the 9th grade of Alfredo Boulos, of the public school system in the state of Paraná, focusing on the land struggle of the Guarani Nhandeva and Avá Guarani peoples from Terra Roxa and Guaíra. It seeks to verify to what extent the book complies with legal requirements and engages with the local reality of these peoples. For this purpose, bibliographic and documentary research was conducted, using a qualitative approach and content analysis to study the legislation and the textbook. The results demonstrate that, although the textbook includes references to the Indigenous theme, they appear in a fragmented and superficial manner and maintain a paternalistic perspective, representing the native peoples as passive subjects devoid of agency. It is concluded, therefore, that it is imperative to supplement the material with other sources and critical pedagogical practices in order to foster truly intercultural and decolonial education, which recognizes and values the agency and contemporary struggles of the Guarani people for the real application of the legislation.

Keywords: Indigenous history; History teaching; Guarani peoples.

INTRODUÇÃO

O ensino de história indígena é estratégico para a construção de uma educação crítica e plural, sobretudo em contextos marcados por conflitos territoriais e pela invisibilização de povos

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



originários (BRIGHENTI & SANTOS, 2017). No Oeste do Paraná, os povos Guarani Nhandeva e Avá-Guarani enfrentam, desde a colonização luso-espanhola, processos de expulsão de seus territórios, marginalização social e criminalização de suas lutas por direitos. Apesar de sua presença histórica, discursos oficiais e midiáticos frequentemente os caracterizam como “paraguaios” ou “invasores”, negando sua legitimidade, direitos territoriais e contribuindo para a intensificação da violência e do extermínio dessas comunidades (COLOMBO & PORTO, 2021).

Para a construção deste artigo realizou-se pesquisa bibliográfica nas plataformas digitais tais como Google Acadêmico, Scielo e banco de teses e dissertações de instituições pública. Para compreender a presença histórica dos Guarani na região, houve o uso do livro de Gregory, Vanderline e Miskiw (2001) sobre a história de Mercedes, o documentário Os três Alves (COLOMBO, 2021) construído a partir da obra do historiador Paulo Porto (2021) sobre retomadas territoriais no século XX. Também foram consideradas análises de Brighenti e Santos (2017) acerca da memória indígena em narrativas oficiais.

No plano jurídico, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena foi abordado pela LDB (Lei nº 9.394/1996), ampliada pela Lei nº 10.639/2003 e consolidada pela Lei nº 11.645/2008, com sua forma de ação estabelecida pela BNCC (2017). A legislação e a sua transformação em prática pedagógica são o objeto de estudo desta pesquisa.

É fundamental discutir sobre os conflitos envolve os povos Guarani no Oeste do Paraná e na necessidade de avaliar se o material didático em uso acompanha as determinações legais para o ensino de história indígena. O objeto de análise é o ensino de história indígena a partir da realidade desses povos, apoiado nos referenciais da história social e da decolonialidade .

Dessa forma, o objetivo deste manuscrito é analisar a presença da história indígena no livro História, Sociedade e Cidadania, adotado no 9º ano da rede pública estadual paranaense. Busca-se verificar em que medida a obra atende às determinações legais e dialoga com a realidade local desses povos. Para isso realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo de produções acadêmicas, legislações e do livro didático em questão.

Diante desse contexto, torna-se essencial avaliar não apenas a presença da história indígena nos materiais didáticos, mas também a qualidade e a perspectiva com que ela é

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



apresentada. A análise proposta permite identificar lacunas, abordagens eurocêntricas e possibilidades de decolonialização do ensino, ressaltando a importância de reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos ativos. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica, evidenciando caminhos para alinhar os livros didáticos às legislações vigentes e às demandas de uma educação plural, inclusiva e comprometida com a valorização das culturas e histórias indígenas locais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presença dos povos indígenas no Oeste do Paraná deve ser compreendida à luz da História Social, que busca evidenciar sujeitos historicamente silenciados pelos discursos oficiais (THOMPSON, 2015). Nesse campo, a história indígena revela não apenas processos de expulsão e violência, mas também práticas de resistência e formas de reorganização comunitária. A noção guarani de tekoha lugar de vida, território e espiritualidade emerge como categoria central para compreendermos as lutas por terra e a permanência no território, contrapondo-se às narrativas que descrevem a região como “vazia” ou “despovoada”.

A abordagem decolonial amplia esse horizonte ao problematizar a permanência da colonialidade do poder e do saber nas sociedades latino-americanas. Teoria que parte das contribuições de Walsh que enfrente a colonialidade do saber e valorize os povos indígenas como sujeitos históricos. Como propõe Quijano (2005), o eurocentrismo estruturou hierarquias de conhecimento que relegaram saberes indígenas à marginalidade, negando-lhes estatuto de ciência ou racionalidade. Walsh (2013) acrescenta que o projeto decolonial implica não apenas crítica, mas também a construção de pedagogias insurgentes capazes de reconhecer múltiplas epistemologias e promover práticas educativas interculturais. No ensino de história, essa perspectiva significa romper com narrativas lineares e homogêneas, incorporando vozes indígenas e valorizando suas cosmologias e formas próprias de interpretar o passado.

Inspirada na pedagogia freireana as observações partem da premissa de que o ensino de história deve dialogar com o contexto vivido pelos estudantes, incorporando saberes locais e estimulando uma consciência crítica que reconheça e respeite a diversidade cultural.

***ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM
GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.***

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



A pedagogia freireana oferece uma base metodológica para esse diálogo. Em *Pedagogia do Oprimido* (1970), Freire defende a educação como prática libertadora, que possibilita aos sujeitos se reconhecerem como protagonistas de sua história. Em *Pedagogia da Autonomia* (1996), reforça a centralidade da experiência do aluno e da formação crítica para a transformação social. No caso do ensino de história indígena, essas contribuições apontam para a necessidade de metodologias ativas para o ensino de história, baseadas em problemas concretos da comunidade, que estimulem a reflexão crítica sobre o presente a partir da memória coletiva e da luta por direitos.

Para refletir as perspectivas do Ensino de história e a importância do desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos, Bringmann (2021), contribui ao ponderar que:

No tocante ao ensino de História e cultura indígena nas redes de educação básica, além das práticas docentes, as leis e diretrizes deveriam reverberar também em toda a produção didática e paradidática produzida a partir delas. Deste modo, pelo menos sob o ponto de vista da legislação educacional, não incluir ou subdimensionar a história indígena nos conteúdos de história do Brasil poderia ser compreensível (embora não justificável), até 2008, em virtude de todo um processo histórico de colonização e colonialidade que imperou também na produção dos livros didáticos. Todavia, a mesma postura, a partir de então, incorre no descumprimento de um decreto-lei de âmbito federal e uma desvalorização completa dos esforços políticos, acadêmicos e institucionais que vêm sendo feitos por meio de diversas pesquisas realizadas sobre a temática da diversidade étnico-racial e sua inclusão da produção didática brasileira a partir desta data. (BRINGMANN, 2021, p. 56)

Pensar o ensino de história indígena a partir de uma visão decolonial, que observe a agência destes povos, sua diversidade cultural, social, econômica, entre outros, como observou Bringmann, a partir de 2008, não é apenas necessário, mas é lei.

O atual oeste do Paraná é habitado por indígenas há milhares de anos, antes da chegada dos portugueses e espanhóis em 1500. No livro dos historiadores Valdir Gregory, Tarcísio Vanderlinde e Antônio M. Myskiw (2001, p. 25), os autores descrevem como “um relato que busca abordar alguns aspectos” da história de Mercedes, descrevendo os primeiros momentos da chegada de espanhóis e portugueses, entre a segunda metade do século XVI e a primeira do século XVII. Essa chegada teve início com os trabalhos da Companhia de Jesus e a criação de reduções jesuíticas.

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



O livro segue a narrativa sobre a presença indígena destacando três momentos principais. O primeiro momento destaca a destruição de 13 das 15 reduções jesuíticas pelos bandeirantes, que buscavam o aprisionamento dos Guaranis para escravização, o que levou à transferência das reduções para o Rio Grande do Sul, Tapes e Uruguai. O segundo momento foi o da Guerra do Paraguai (1864-1870), que significou para os Guaranis a dizimação de uma importante parcela de sua população (GREGORY ET AL., 2001, p. 27). Por fim, o terceiro momento foi o alagamento de terras após a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, fato de conhecimento geral.

Sobre as populações Guaranis, o professor e historiador Clovis Brighenti e a historiadora Rosângela Daiana dos Santos fazem um balanço da historiografia e da forma como esses sujeitos são caracterizados e muitas vezes invisibilizados no processo de colonização do oeste do Paraná, tanto pela historiografia quanto pelo Estado. Os estudos fazem parte de um projeto da Universidade de Integração Latinoamericana (UNILA) que busca reparar as memórias sobre os Guaranis (BRIGHENTI & SANTOS, 2017).

A visão dos indígenas sobre o território, no qual as fronteiras estabelecidas durante o processo de colonização e formação do Brasil não podem ser utilizadas para compreender os processos de mobilidade dos Guaranis. Sobre essa mobilidade, que muitas vezes é utilizada, “erroneamente”, para descrevê-los como nômades, o estudo descreve este “nomadismo” como característica fundamentada em questões históricas e mitológicas para os Guaranis. Assim como, levam em conta, na intensificação dos movimentos migratórios, as constantes violências infligidas em diferentes momentos após o início do processo de colonização por espanhóis e portugueses até a chegada das empresas colonizadoras (BRIGHENTI & SANTOS, 2017).

Durante o processo de colonização, processo que aconteceu a partir do final da década de 1940 e início de 1950, as terras ocupadas pelas populações Guarani foram entregues a empresas colonizadoras e vendidas para migrantes, especialmente gaúchos e catarinenses descendentes de alemães e italianos. Desse processo, percebemos a frequente expulsão dos indígenas de suas terras ou a permanência dos mesmos em pequenos espaços, sobrevivendo do trabalho sazonal de derrubada de mata ou na lide agropecuária para os novos ocupantes. Aos Guaranis passou-se a atribuir uma identidade estrangeira como justificativa para o esbulho da terra (BRIGHENTI & SANTOS, 2017, p. 117).

***ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM
GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.***

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



No processo de colonização recente do Oeste do Paraná a região oeste foi, muitas vezes, descrita como um local de “terras despovoadas”. A ideia de vazio demográfico contribuiu para a ocupação das terras pelas empresas colonizadoras e posterior venda para os imigrantes. Porém, o que a história alude é que os indígenas foram constantemente atacados e expulsos da região. Trata-se, infelizmente, de um dos maiores genocídios e diásporas do continente americano no século XX (BRIGHENTI & SANTOS, 2017).

Paulo Porto, historiador e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em documentário sobre o processo de retomada de terras pelos povos Avá-Guarani, Guarani Nhandeva e Guarani M’byã, no documentário “Os três Alves - Uma Breve História da Migração Guarani no Oeste Paranaense” (COLOMBO, 2021), caracteriza a marcha para o Oeste e a inundação das terras para criar o reservatório de águas da Itaipu como as quarta e quinta hecatombes, que são dois de cinco momentos de genocídio dos povos Guarani. Em 2024, eles vivem em 14 aldeias, com terras muitas vezes improdutivas, destruídas pelo agronegócio e em constante conflito e na busca pela retomada de suas terras.

Esse processo de retomada das terras é recente, tendo se iniciado após 1995, com os irmãos Alves e a ocupação de terras em Paraná-Porã (PORTO, 2021). Estes Guaranis, no entanto, na disputa pela retomada de suas terras ou de um novo lar, passam a ser caracterizados como estrangeiros, o que acaba por se tornar uma forma de deslegitimar seu pertencimento histórico ao território.

Essa caracterização dos Guaranis como estrangeiros é mantida por parcela significativa da população da região. Em uma matéria do Ponto da Notícia (2021) intitulada “Indígenas protestam em Guaíra contra projeto de lei que pretende mudar demarcações” de junho de 2012 e que estava em pauta no Supremo Tribunal Federal em 2021, podemos observar a percepção da população local sobre o tema, num site de notícias de Mercedes, dentro do discurso de que os Guaranis presentes na região são paraguaios, ou que nem são indígenas. Na reportagem são exibidas imagens da manifestação de indígenas Guaranis no centro de Terra Roxa, em um dos comentários, a seguidora da página do jornal no site Facebook e usuária da rede social, Claudia Correia, comenta:

***ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM
GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.***

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



Volta para o local de origem está mais para Paraguai todos preguiçosos vão planta para colher não é só destruir como fazem e tem os privilégios quando estão doentes e recebem benefícios que muitos brasileiros não conseguem gastar tudo em cachaça. (CORREIA, 2021)

Esse é apenas um dos mais de 80 comentários que foram escritos na postagem da matéria na página do Facebook do Ponto da Notícia. Alguns comentários são em defesa dos indígenas e de suas reivindicações, a grande maioria, no entanto, são comentários como o citado acima. Este discurso foi endossado pelo governador do Paraná em 2024, que em meio a processos de retomadas de terras pelos indígenas na região de Guaíra e Terra Roxa, cobrou ações do Governo Federal para reintegrar a posse das “terras privadas”, que ele alega estarem sendo invadidas por indígenas “paraguaios”.

Se o Governo Federal não fizer o que lhe cabe, o Estado vai ser obrigado a entrar na Justiça para ter o direito de fazer a reintegração de posse porque não vamos admitir que índios paraguaios invadam terras privadas aqui no Paraná (JUNIOR, C. M., 2024).

Essas compreensões da história dos povos indígenas parte de relações de poder, da luta por terras e de interesses econômicos, mas também de problemas, vazios na educação, que muitas vezes apenas confirmam os interesses dos grupos dominantes. Nesta perspectiva, faz-se necessário levar em conta o que estes discursos dizem a respeito da luta e resistência dos povos, que continuam em processo de retomadas de terras e na luta pela demarcação e reconhecimento de suas terras ocupadas desde antes do processo de invasão em 1500.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pela busca, seleção e análise de materiais acadêmicos já publicados — livros, artigos, dissertações, teses, anais de congressos — que tratam da temática investigada. São produções que já passaram por tratamento teórico e metodológico por outros autores (PRODANOV & DE FREITAS, 2017). Para realizá-la foram consultados mecanismos de busca como o Google Acadêmico e Scielo, através dos seguintes descritores: Guaranis, ensino de história indígena e Oeste do Paraná. A escolha, levou em consideração obras que discutem sobre a temática pesquisada, dentre eles a teoria decolonial e a pedagogia freireana

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



foram escolhidas pois contribuem com o estudo da história e do ensino da história e cultura indígena de maneiras que permitem pensá-los de uma forma muito próxima ao que a lei determina, ajudando a compreender o livro didático de maneira mais ampla.

Foi realizada, ainda, pesquisa documental, que parte da problematização de documentos primários, dos mais diversos, como: entrevistas; leis; livros didáticos; entre outros.

Desse modo, cabe ao(à) pesquisador(a) “[...] analisá-los desmistificando-lhes o seu significado aparente”; para isso, será necessário “[...] começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996, p. 538). Essa não é uma tarefa simples, e os procedimentos para alcançá-la variam de acordo com as condições e definições de cada pesquisa. (GRAZZILTIN ET AL, 2022, p. 7)

São fontes que ainda não foram utilizadas para pesquisa ou que podem ser observadas a partir de outras questões. Neste trabalho foram utilizados o livro didático do 9º e nas leis: LDB (Lei nº 9.394/1996), ampliada pela Lei nº 10.639/2003 e consolidada pela Lei nº 11.645/2008, com sua forma de ação estabelecida pela BNCC (2017). O livro foi selecionado pois é nesta série que o ensino da história indígena perpassa pela atualidade e que a discussão deve ser realizada.

Para sua análise, foi realizada análise de conteúdo – partindo de algumas das propostas de Mendes e Miskulinv (2017). A metodologia adotada consistiu na leitura, interpretação e análise do livro didático, com ênfase na seleção dos conteúdos relacionados ao ensino da história e da cultura indígena. Posteriormente, realizou-se uma crítica fundamentada na verificação de sua conformidade com a legislação vigente, articulando-a com os pressupostos da história decolonial e da pedagogia freireana. Foram levantadas questões norteadoras, tais como: o material estimula o aprendizado crítico? A abordagem permanece vinculada a perspectivas eurocêntricas ou incorpora a visão indígena sobre os processos de ocupação de seus territórios

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste manuscrito é analisar a presença da história indígena no livro História, Sociedade e Cidadania, adotado no 9º ano da rede pública estadual paranaense. Busca-se verificar

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



em que medida a obra atende às determinações legais e dialoga com a realidade local desses povos.

O ponto de partida para analisar o livro didático e as leis veio da contribuição da educação decolonial, a partir das contribuições de Walsh que propõe o enfrentamento à colonialidade do saber e que valorize os povos indígenas como sujeitos históricos. Como propõe Quijano (2005), o eurocentrismo estruturou hierarquias de conhecimento que relegaram saberes indígenas à marginalidade, negando-lhes estatuto de ciência ou racionalidade.

A primeira referência direta ao indígena ocorre no segundo capítulo, dedicado à Primeira República. O tema aparece apenas ao final, em meio à discussão sobre imigração e miscigenação. O autor apresenta a fala do médico João Batista de Lacerda no Congresso Mundial das Raças, realizado em Londres em 1911, segundo a qual, em um século, negros e indígenas desapareceriam em decorrência do processo de miscigenação. O capítulo inclui a obra *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos y Gómes (1895), propondo aos estudantes uma análise crítica da pintura a partir da teoria do branqueamento. A inclusão dessa referência iconográfica é positiva, porém a abordagem carece de aprofundamento: não são discutidas as condições de vida dos povos indígenas no período, tampouco a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910.

O livro mantém uma perspectiva pouco crítica e sem aprofundar questões a partir da perspectiva dos povos indígenas do processo histórico. Bringmann, ao pesquisar livros didáticos que são utilizados na rede pública de Florianópolis, Santa Catarina, observou:

Não é novidade afirmar que, durante muito tempo, a perspectiva eurocêntrica de ensino da história brasileira, inaugurada por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, de 1854, promoveu o enaltecimento dos colonizadores europeus em detrimento aos africanos escravizados, afro-brasileiros e indígenas. Embora esta abordagem, originada em meados do século XIX, tenha sido vista e revista ao longo dos últimos 150 anos, sua essência acabou trazendo consequências lastimáveis para a história destas populações, cujos reflexos são presentes até os dias atuais. (BRINGMANN, 2021, p. 60)

Como o autor aponta, a história por muito tempo foi eurocêntrica, e com a leitura crítica do livro didático de Boulos (2018), foi possível perceber que a dificuldade permanece e que é necessário transpor diversos obstáculos para superá-los.

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



Ainda no contexto da Primeira República, o livro menciona os indígenas ao tratar da Guerra do Contestado, destacando a expansão das fazendas de erva-mate e gado sobre terras de posseiros e comunidades indígenas. Contudo, limita-se a descrever a expropriação territorial, sem apresentar a perspectiva das resistências indígenas ou uma análise da violência a partir da voz desses sujeitos históricos (BOULOS, 2018, p. 64-66).

Segundo a Lei nº 11.645/2008

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

A legislação deixa clara a importância de apontar a participação e as contribuições dos povos africanos e indígenas no processo de formação da sociedade brasileira. Para isso é importante que o ensino não deixe de transpor a visão colonialista para enxergar o mundo com os olhos dos conquistados, perceber como eles resistiram e resistem até hoje. Uma forma seria apresentar o processo de retomada das terras ancestrais dos guaranis. Principalmente quando pensamos nos movimentos sociais que incluem esses povos, que foi tratado no próximo capítulo do livro.

O terceiro momento em que os indígenas são abordados aparece no capítulo dedicado a “Movimentos sociais: negros, indígenas e mulheres na Primeira República”. Em três páginas, o autor apresenta mudanças na política estatal: a transição do “bom selvagem” do indianismo oitocentista para uma visão indigenista, que buscava a integração à sociedade nacional; a criação do SPI em 1910; a Constituição de 1934, que pela primeira vez reconheceu o direito dos indígenas à terra; e as fragilidades dessa política, marcada pela incapacidade do Estado de impedir invasões e pela extinção ou quase extinção de etnias, como os Xetá. O capítulo encerra com a imagem dos Jogos Indígenas Pataxó (2014). Ainda que o tema seja retomado em diferentes momentos, o indígena aparece majoritariamente como sujeito passivo, tutelado pelo Estado, e raramente como protagonista de suas próprias lutas (BOULOS, 2018, p. 72).

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



O uso da imagem dos Pataxós não faz sentido com a temática, haveriam muitos outros momentos para reflexão sobre os movimentos sociais indígenas. Mantém-se uma forma caricata, ao que parece, em que o indígena se organiza socialmente para jogos com suas vestimentas tradicionais. A este respeito Bringmann reflete

O risco da exposição de uma concepção naturalizada de cultura é a manutenção de (pré)conceitos a respeito das sociedades indígenas no tempo presente. O “chão da escola”, neste contexto, surge como espaço de reprodução ou ruptura dos estereótipos arquetípicos construídos sobre os povos originários. Assim sendo, o cuidado, a sensibilidade da representação, precisa avançar não apenas na prática docente, mas também nos instrumentos didáticos que, em grande medida, a consubstanciam. (BRINGMANN, 2021, p. 67)

Os indígenas participaram ativamente de cada um dos momentos da história do Brasil, recentemente na constituição de 1988, nas diversas retomadas de terra pelo Brasil, na luta pela demarcação de seus territórios. Estes são apenas alguns exemplos de movimentos dos indígenas que poderiam ser tratados por imagens, ao invés de representar uma atividade totalmente descontextualizada do tema abordado.

No capítulo sobre a Ditadura Civil-Militar, observa-se o avanço mais significativo na abordagem. Pela primeira vez o livro insere a fala de um indígena, no caso um Yanomami, sobre a resistência dos Waimiri-Atroari diante da violência e das invasões de seus territórios no contexto de grandes obras de infraestrutura. Esse trecho, localizado na seção “Para Saber Mais”, é a melhor inclusão da temática indígena no material, pois rompe parcialmente com a imagem de passividade e apresenta os indígenas como agentes históricos (BOULOS, 2018, p. 206).

Porém, mais uma vez, retrata os indígenas sem destacar sua diversidade. Para pensar a este respeito a historiadora Pires, em sua dissertação de mestrado sobre o ensino de história, reflete que:

Aos povos indígenas quase sempre é relegada uma periferia social a qual não deveria pertencer, e quando se tenta incluí-los o faz com uma grande violência psicológica em torno de tentar transformá-los, modificando sua forma de ver o mundo. Isso inclui o mundo da educação sendo em determinados momentos deixado de lado que são culturas completamente distintas e tentando fazer com que se adaptem ao mundo ao qual eles não pertencem, o que de certo modo pode ser considerado uma violência cultural brutal. (PIRES, 2020, p.23)

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



O livro *História, Sociedade e Cidadania* trouxe avanços, mas mantém as dificuldades de ultrapassar uma visão em que a história indígena seja decolonializada. Walsh (2013) percebe que o projeto decolonial implica não apenas na crítica, mas também a construção de pedagogias insurgentes capazes de reconhecer múltiplas epistemologias e promover práticas educativas interculturais. No ensino de história, essa perspectiva significa romper com narrativas lineares e homogêneas, incorporando vozes indígenas e valorizando suas cosmologias e formas próprias de interpretar o passado. Inspirada na pedagogia freireana, as observações partem da premissa de que o ensino de história deve dialogar com o contexto vivido pelos estudantes, incorporando saberes locais e estimulando uma consciência crítica que reconheça e respeite a diversidade cultural.

Por fim, ao tratar da Constituinte de 1987-1988, o livro menciona a conquista do reconhecimento dos direitos originários sobre as terras tradicionais, ressaltando a participação “vitoriosa” dos povos indígenas nesse processo (BOULOS, 2018, p. 230). No entanto, não discute as dificuldades práticas de cumprimento dessa determinação constitucional, nem as tentativas recentes de retrocesso, como a tese do marco temporal. Também não relaciona a conquista de direitos ou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena, instituída pela Lei nº 11.645/2008.

O livro *História, Sociedade e Cidadania* (BOULOS, 2018) apresenta a temática indígena de forma fragmentada e superficial. Ainda que inclua imagens, documentos e algumas falas indígenas, a abordagem permanece marcada pelo viés tutelar e pela ausência de protagonismo dos povos originários, o que reforça a necessidade de uma prática pedagógica decolonial que dialogue com a realidade concreta das comunidades Guarani do Oeste do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a abordagem da história indígena no livro didático *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos (2018), utilizado no 9º ano da rede pública estadual em escolas dos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Mercedes. Constatou-se que persiste uma distância significativa entre a legislação e a prática pedagógica, especialmente no que se refere ao

***ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM
GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.***

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



reconhecimento da realidade indígena local, da visão desses povos sobre o processo colonizador e de seu protagonismo na resistência e na luta por direitos.

Compreender o processo de retomadas não como invasão, mas como ação histórica, é condição essencial para formar nos alunos uma consciência crítica e aberta ao diálogo com o outro, como proposto pela pedagogia freireana. A análise permitiu identificar a importância de decolonizar o ensino de História, superando o eurocentrismo e incorporando a presença indígena como sujeito com agência.

Nesse sentido, a leitura, a partir da história decolonial e da Pedagogia freireana, mostrou-se fundamental para que uma nova narrativa indígena seja incorporada aos livros didáticos. O alcance das legislações somente será efetivo quando os materiais didáticos se orientarem por essas perspectivas críticas, possibilitando que o ensino da história reconheça os povos indígenas como protagonistas de suas próprias trajetórias e contribuições com abordagens não apenas de forma nacional, mas também através da regionalização dos conteúdos dos livros didáticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 3 set. 2025.

BOULOS, Alfredo. História, sociedade e cidadania. 9. ano. São Paulo: FTD, 2018.

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



BRINGMANN, Sandor. Ensino de história indígena em livros didáticos: problematizações a partir de uma coletânea distribuída na rede municipal de ensino de Florianópolis (SC). *Tellus, Campo Grande*, p. 53–82, 2021. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/708>. Acesso em: 5 set. 2025.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; DOS SANTOS, Rosângela Daiana. Memória indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira: relatos de atividades de um projeto de extensão. *Revista Tekohá*, v. 1, n. 4, p. 75–82, 2018.

COLOMBO, Vander. Os três Alves: uma breve história da migração guarani no Oeste paranaense. Documentário. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. *Proposições, Campinas*, v. 33, e20200141, 2022.

GREGORY, Valdir; VANDERLINDE, Tarcísio; MYSKIW, Antonio Marcos. Mercedes: uma história de encontros. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo*, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, 2017.

MYSKIW, Antonio Marcos. Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961–1966). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2002.

PONTO DA NOTÍCIA. Indígenas protestam em Guaíra contra projeto de lei que pretende mudar demarcações. 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/pontodanoticiamercedes/videos/837741623536275>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PIRES, C. T. Ensino de história a partir das presenças indígenas: o caso da retomada guarani na Ponta do Arado em Porto Alegre. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (org.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Abya Yala,

**ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA A PARTIR DAS LUTAS PELA TERRA DOS AVA-GUARANI EM
GUAÍRA E TERRA ROXA, OESTE DO PARANÁ.**

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2, p.1-16. Ano 2025 - ISSN: 1982-3800

